



ACÓRDÃO Nº861/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12462/2020.**
- 2- **Assunto:** Embargos de Declaração.
- 3- **Embargante:** José Claudenor de Castro Pontes.
- 4- **Advogado:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Any Gresy Carvalho da Silva - OAB/AM 12438, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897, Camila Pontes Torres - OAB/AM 12280 e Maria Priscila Soares Bahia - OAB/AM 16367.
- 5- **Procurador de Contas Oficiante do Processo:** Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça.
- 6- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Embargos de Declaração.

Conhecimento. Não Provimento. Ciência.

7- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 7.1. **Conhecer** os Embargos de Declaração opostos pelo **Sr. José Claudenor de Castro Pontes**, através de seus advogados, contra o Parecer Prévio nº 18/2023-TCE-Tribunal Pleno (fls. 1428/1445), art. 148, da Resolução nº 04/2002;
- 7.2. **Negar Provimento** aos Embargos de Declaração opostos pelo **Sr. José Claudenor de Castro Pontes**, através de seus advogados, contra o Parecer Prévio nº 18/2023-TCE-Tribunal Pleno (fls. 1428/1445), na forma do art. 148, da Resolução nº 04/2002, por ausência de omissão no sobredito Parecer, mantendo-o incólume;
- 7.3. **Dar ciência** ao **Sr. Fábio Nunes Bandeira de Melo**, inscrito na OAB/AM sob o nº 4331, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, por ventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002.



ACÓRDÃO Nº861/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

8- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

9- Data da Sessão: 9 de Maio de 2023

10- Especificação do quórum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente-não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

10.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

11- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO

Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral